



**SUBSTITUTIVO Nº 01 A PROPOSTA DE EMENDA A LEI ORGÂNICA 03/2025**

**ACRESCENTA OS §§ 6º AO 15 AO ARTIGO  
239 E O ART. 280-A À LEI ORGÂNICA DO  
MUNICÍPIO DE SETE LAGOAS.**

Art. 1º Insere os §§ 6º ao 15 no artigo 239 na Lei Orgânica do Município, com as seguintes redações:

Artigo 239 .....

.....

§ 6º As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas até o limite de 2% (dois por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior ao do encaminhamento do projeto, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde, nos termos § 9º do art. 166 da Constituição Federal.

§ 7º A execução do montante destinado a ações e serviços públicos de saúde previsto no parágrafo anterior, inclusive custeio, será computada para fins do cumprimento do disposto no inciso III do § 2º do art. 198 da Constituição Federal, vedada a destinação para pagamento de pessoal ou encargos sociais.

§ 8º É obrigatória a execução orçamentária e financeira das programações a que se refere o § 6º deste artigo, conforme os critérios para a execução equitativa da programação definidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 9º Considera-se equitativa a execução das programações de caráter obrigatório que atenda de forma igualitária e impessoal às emendas apresentadas, independentemente da autoria.

**CÂMARA MUNICIPAL DE SETE LAGOAS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



§ 10 As programações orçamentárias previstas no § 8º deste artigo não serão de execução obrigatória nos casos dos impedimentos de ordem técnica insuperáveis.

§ 11 Para fins de cumprimento do disposto nos §§ 6º e 8º deste artigo, os órgãos de execução deverão observar, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias, cronograma para análise e verificação de eventuais impedimentos das programações e demais procedimentos necessários à viabilização da execução dos respectivos montantes.

§ 12 Os restos a pagar provenientes das programações orçamentárias previstas nos § 6º deste artigo poderão ser considerados para fins de cumprimento da execução financeira até o limite de 50% (cinquenta por cento) dos valores das emendas individuais.

§ 13 Se for verificado que a reestimativa da receita e da despesa poderá resultar no não cumprimento da meta de resultado fiscal estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias, o montante previsto para as emendas individuais poderá ser reduzido em índice igual ao incidente sobre o conjunto das despesas discricionárias.

§ 14 Até 25% (vinte e cinco por cento) dos valores das emendas individuais, poderão ser destinados a organizações da sociedade civil, pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, para a consecução de ações com finalidades de interesse público, devendo atender a regras e requisitos estabelecidos pelo § 7º deste artigo, bem como pela Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e por outras que venham a substituí-las.



§ 15 A Lei de Diretrizes Orçamentárias poderá definir valor mínimo por emenda individual.

.....(NR)

Art. 2º Insere o artigo 280-B na Lei Orgânica do Município, com a seguinte redação:

Art. 280-B O disposto no § 6º do art. 239 da Lei Orgânica será cumprido progressivamente, da seguinte forma:

I – as programações incluídas por emendas individuais na Lei do Orçamento Anual para o exercício de 2026 serão aprovadas no limite de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior ao do encaminhado do Projeto de Lei do Orçamento Anual, sendo 50% (cinquenta por cento) desse percentual destinado a ações e serviços públicos de saúde;

II - as programações incluídas por emendas individuais na Lei do Orçamento Anual para o exercício de 2027 serão aprovadas no limite de 1% (um por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior ao do encaminhado do Projeto de Lei do Orçamento Anual, sendo 50% (cinquenta por cento) desse percentual destinado a ações e serviços públicos de saúde;

III - as programações incluídas por emendas individuais na Lei do Orçamento Anual para o exercício de 2028 serão aprovadas no limite de 1,5% (um vírgula cinco por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior ao do encaminhado do Projeto de Lei do Orçamento Anual, sendo 50% (cinquenta por cento) desse percentual destinado a ações e serviços públicos de saúde;

IV - as programações incluídas por emendas individuais na Lei do Orçamento Anual para o exercício de 2029 e para os exercícios seguintes serão aprovadas no limite e no percentual previstos no § 6º do art. 239 da Lei Orgânica.



Art. 3º Esta proposta de Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação.

  
\_\_\_\_\_  
**Aginaldo da Lobato**

  
\_\_\_\_\_  
**Deyvison da Acolher Saúde**

  
\_\_\_\_\_  
**Eraldo da Saúde**

  
\_\_\_\_\_  
**Heloísa Frois**

  
\_\_\_\_\_  
**Ismael Soares**

  
\_\_\_\_\_  
**Marcelo Cooperselta do Mexa-se**

  
\_\_\_\_\_  
**Roney do Aproximar**

  
\_\_\_\_\_  
**Téo da Equoterapia Sgt Gonzales**

  
\_\_\_\_\_  
**Walisson Lele do Verde Vale**

  
\_\_\_\_\_  
**Alber Enfermeiro**

  
\_\_\_\_\_  
**Divaldo Capuchinho**


  
\_\_\_\_\_  
**Gilson Liboreiro**

  
\_\_\_\_\_  
**Ivan Luiz**

  
\_\_\_\_\_  
**Leôncio Lopes**

  
\_\_\_\_\_  
**Rodrigo Braga**

  
\_\_\_\_\_  
**Silvia Regina**

  
\_\_\_\_\_  
**Thiago Santana**

## JUSTIFICATIVA

Após reunião realizada com o Poder Executivo e as ponderações e sugestões apresentadas pela Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento, o presente Substitutivo a Proposta de Emenda à Lei Orgânica se faz necessário para adequação da emenda de modo a tornar a sua execução viável, de forma progressiva, levando-se em conta a possibilidade orçamentária e financeira do Município atualmente.

É importante esclarecer que, nos Poderes Legislativos Estadual e Federal, já contemplam idêntica norma, sendo elementar a necessidade de alinhamento na atuação parlamentar nas três esferas do poder, nas quais o limite de 2% (dois por cento) foi fixado sobre a receita corrente líquida realizada no exercício anterior ao do encaminhamento do projeto de lei orçamentária, estabelecendo ainda a sua aplicação de forma progressiva até o atingimento do montante de execução obrigatória.

Justifica a sua aplicação de forma progressiva a necessidade tanto do Poder Legislativo quanto do Poder Executivo realizarem as adaptações procedimentais e regulamentações necessárias a fim de dar concretude e eficácia a aplicação plena das emendas destinadas a projetos e atividades identificadas no Plano Plurianual, conforme critérios e requisitos a serem definidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Pelo exposto solicitamos o apoio dos Nobres Pares na aprovação desta importante iniciativa, razão pela qual antecipamos nossos mais sinceros agradecimentos.